

**IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E
MONTAGENS S/A – Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de Dezembro de
2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

Senhores Acionistas.

A Administração da IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. – Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração sobre Resultados, Recuperação Judicial e Perspectivas futuras

Explicando o lucro

A Companhia apresentou um lucro de R\$ 227 milhões, tendo em vista o sucesso obtido pela controlada Iesa Óleo & Gás S/A, no processo de arbitragem movido contra a Tupi B.V e PNBV, objetivando indenizações pelas perdas em consequência dos cancelamentos dos contratos assinados para a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo.

Do contexto operacional e de mercado

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido a Iesa Projetos S/A detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial iniciado em 2014, a Iesa Projetos S/A conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que a mesma apresenta como uma excelente alternativa.

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

No contexto mundial, em função da Pandemia, as economias fortes como China, Estados Unidos e Europa criaram medidas para preservar as empresas e reativar a economia, através do consumo e em investimentos em infraestrutura. Isso deverá ocorrer aqui no Brasil também, principalmente pela crise energética que se aproxima. Vimos nisso uma oportunidade para participarmos de parcela importante desses investimentos.

Recuperação Judicial - Histórico do período Novembro/14 a Julho/21

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial, junto com as demais empresas do Grupo Inepar/Iesa.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR/Iesa, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de R\$ 1,9 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passariam a deter 83,5% de participação societária, podendo o BNDES se tornar um sócio relevante na Inepar.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização das empresas do Grupo Inepar/Iesa.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Controladora (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 98% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pelas Companhias.

Há que se destacar a vitória da Controlada IESA Óleo e Gás no processo arbitral que correu em NY/USA, contra a TUPI e PNBV, subsidiárias da Petrobras, decisão essa ocorrida em dezembro/20, e já noticiada através de Fatos Relevantes, o que contribuirá de

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

forma decisiva para alcançarmos o fim do processo de Recuperação Judicial e o soerguimento das empresas.

Em 04/11/2020 o Grupo Inepar/Iesa realizou uma audiência pública com o Juiz da Recuperação Judicial, onde nesta oportunidade exploramos nosso plano para encerramento da Recuperação Judicial, bem como nossa estratégia para proteção de ativos que possibilitarão o pagamento dos compromissos para este encerramento e os pagamentos necessários aos credores concursais fora do biênio e credores extraconcursais.

Também mostramos aos credores e ao Juiz que nossos ativos são maiores que nossos passivos e que o casamento destes proporcionará maior segurança na realização dos compromissos com credores concursais e extraconcursais.

Destacamos também que as inúmeras penhoras e constrições sofridas pelo Grupo Inepar/Iesa em relação as suas monetizações de ativos, em muito tem atrapalhado a conclusão do plano de recuperação judicial.

Hoje, essas penhoras e bloqueios judiciais ultrapassam os R\$ 300 milhões.

Feita essa audiência e após discussões havidas com os credores presentes, o Juiz da Recuperação nos deu até 25/11/2020 para protocolar uma petição pormenorizando toda nossa proposta para encerramento da Recuperação Judicial, bem como toda nossa proposta para pagamento dos demais credores, sejam eles concursais ou extraconcursais. Tempestivamente cumprimos a determinação judicial.

Com o advento da arbitragem o Grupo Inepar/Iesa decidiram em 22/04/21, peticionar novamente nos autos da RJ, revisando o plano de pagamentos que compreende o encerramento da recuperação judicial e o pagamento de diversas dívidas extraconcursais, com ênfase nas trabalhistas, sem esquecer as financeiras e prestadores de serviços.

Adicionalmente, mostrando nossa transparência no processo de recuperação judicial, demonstramos também na petição de 22/04/21 os pagamentos foram efetuados com o recebimento da primeira tranche da arbitragem.

Com o recebimento da primeira parcela da parte da arbitragem, o Grupo Inepar/Iesa realizou os pagamentos concursais das Classes I e IV, incontroversos até aquele momento, e necessários para o encerramento da Recuperação Judicial, além de trabalhistas extraconcursais e financeiros, conforme demonstrado em nossa petição do dia 22/04/21, protocolado nos autos da RJ.

Com o recebimento da segunda parte da arbitragem o Grupo Inepar/Iesa pretende efetuar 100% dos pagamentos incontroversos relativos ao Plano de Recuperação Judicial, bem como avançar e reestruturar a dívida com o BNDES registrada na Controladora Inepar S/A, além de pagamentos extraconcursais principalmente os trabalhistas.

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

Vale salientar que até o momento o Grupo Inepar/Iesa já realizou o pagamento de 99% dos seus compromissos exigíveis para o encerramento da recuperação Judicial, conforme quadro abaixo:

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 13,0	R\$ 13,0	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 14,0	R\$ 14,0	R\$ 12,5
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 368,7	R\$ 390,0	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES no valor de R\$ 21,3 milhões, este passivo está registrado na controladora Inepar S/A.

Assim, considerando o total efetivamente pago, é possível constatar que para encerramento da Recuperação Judicial se faz necessário o pagamento de créditos que não somam sequer 1% (hum por cento) do valor total já adimplido pelas empresas.

Outro assunto de extrema importância diz respeito ao Grupo Inepar/Iesa ter concluído em Dezembro/20 a revisão geral das suas dívidas tributárias, visando a possibilidade de reduzi-las com base no Programa de Transação Excepcional regulamentada pela Lei 13.988/20 e Portaria PGFN 14.402/2020. Vale salientar que em Dezembro/20 as empresas pagaram a primeira parcela deste parcelamento, e autorizaram a transferência de um crédito fiscal líquido e certo, de R\$ 18 milhões perante a Receita Federal, para amortização das primeiras 6 parcelas da citada Transação.

Ocorre que, nos termos das Portarias PGFN 2.382/2021 e 9.917/2020, novos benefícios foram oferecidos, especificamente às empresas em Recuperação Judicial e, objetivando usufruir destes melhores benefícios, a empresa requereu, e a Fazenda Nacional concedeu, a possibilidade de migrarmos do parcelamento aprovado em dezembro/2020 para um novo parcelamento mais adequado ao fluxo de caixa da empresas Inepar, podendo atingir os descontos máximos possíveis.

De acordo com essas Portarias as dívidas tributárias objeto desta Transação em esfera administrativa, deverão ser reduzidas em 67%, o que resultará numa dívida tributária de aprox. R\$ 285 milhões, com redução de R\$ 295 milhões em relação a posição contábil atual.

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

Salientamos que ainda estamos conciliando todos os valores em consonância com as regras das Portarias e acreditamos que possamos reduzi-la ainda mais.

Estes valores estão contidos em documentos trocados com a PGFN.

Esperamos nas próximas semanas estar concluindo essa negociação junto a PGFN.

Da Continuidade das operações

Ainda, para fazer frente aos pagamentos, em um ambiente macroeconômico adverso do nosso país, o Grupo Inepar/Iesa efetivou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos: (i) Venda da participação acionária da Iesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A; (ii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A; (iii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE; (iv) Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A); (v) Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A; (vi) Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara, leilão realizado em 21/05/2018 e (vii) Venda do imóvel localizado em Curitiba, realizada em agosto/20.

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade das empresas com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação do imóvel situado no município de Macaé; e
- c) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,040 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 619 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 50% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.
- c) Cabe enfatizar que no balanço oficial está contabilizado o investimento nestas Cotas do FIDC, por equivalência, porém seu efeito é nulo no resultado por um provisionamento contingente das Cotas subordinadas.

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

III – Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC.
Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje no Grupo Inepar/Iesa aprox. R\$ 1,8 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 680 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 37%, muito abaixo do histórico acima mencionado, demonstrando um conservadorismo nas expectativas de monetização dos mesmos. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos.
Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos com data de origem igual ou maior que 7 anos.
- b) Dando continuidade ao processo de ajuste dos custos operacionais, no ano de 2020 o Grupo Inepar/Iesa conseguiu uma redução de R\$ 11 milhões/ano nas despesas salariais e de R\$ 4 milhões/ano nas despesas operacionais. Esse é um processo contínuo de ajuste da Companhia para sua volta ao mercado;
- c) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes;
- d) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- e) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- f) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar as atividades.
- g) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020. Esta adesão permitirá uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável na redução de juros, multas e encargos legais.
- h) Assinatura de vários acordos de entendimentos com parceiros multinacionais que deverão ser implementados imediatamente após o levantamento da Recuperação Judicial. A grande maioria destes entendimentos se referem ou a break true tecnológico, ou tecnologias ainda não utilizadas no Brasil. Todos estes novos produtos são em adição as linhas já existentes em nossas empresas.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial prevista para o segundo semestre de 2021 em vista de termos apenas 1% ainda a pagar conforme já esclarecido acima, a renegociação em conclusão com os principais credores extraconcursais e a eminência da readequação de sua dívida tributária conforme já amplamente explanado Há que se considerar a entrada dos recursos superiores a R\$ 500 milhões obtidos na vitória da arbitragem da controlada Iesa Óleo & Gás contra a TUPI e PNBV e várias outras monetizações para fazer face as necessidades de giro. Seguramente, a empresa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e muito melhor habilitada a concluir as negociações com os parceiros estratégicos que com a qualidade de nosso acervo asseguram competitiva posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

É oportuno destacar que as Organizações INEPAR/IESA tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

Por fim destacamos que o cumprimento do nosso Plano de Pagamentos, protocolado no juízo da RJ em 22/04/2021, com a liberação dos depósitos judiciais de mais de R\$ 300 milhões, será fundamental para o soerguimento da empresa, proporcionando o ambiente necessário para a busca de novos projetos e parceiros estratégicos.

COVID

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

Pelo lado dos projetos estamos enfrentando um aumento de custos muito acima da inflação, como por exemplo o preço do aço, bem como a falta de matérias primas necessárias ao desenvolvimento dos nossos projetos. Isso causou um aumento de custos e diminuição das margens no período de 2020 e continua em 2021.

A Companhia tomou, e continua tomando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Iesa Projetos S/A informa que neste exercício encerrado em 31/12/2020 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela B.L.B. Auditores Independentes SS. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia está conseguindo realizar parte de seus ativos e com esses recursos estão liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial, há também uma previsão de parcelamento, e por consequência, a redução significativa dos débitos tributários, no que tange a multas e juros incorridos, e esses fatores somados, à medida que*

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

forem efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril” conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes BLB , a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	104	375	128	407
Títulos e valores mobiliários	7	-	600	-	600
Clientes	8	2.176	9.369	501.135	126.891
Estoques	9	5.831	7.360	5.832	7.360
Impostos a recuperar	10	1.725	2.582	18.519	19.372
Dividendos a receber		-	-	73	73
Outros créditos	12	1.300	7.172	1.586	7.499
Total do Ativo Circulante		11.136	27.458	527.273	162.202
Não Circulante					
Partes relacionadas	22	39.316	26.893	37.668	17.872
Impostos a recuperar	10	4.899	8.873	20.478	35.483
Depósitos judiciais	11	8.794	8.912	53.250	53.366
Outros créditos	12	-	13	33	46
Investimentos	13	39.691	33.071	94.808	98.792
Imobilizado	14	15.894	26.035	124.666	139.072
Intangível	15	-	-	4.412	15.045
Total do Ativo Não Circulante		108.594	103.797	335.315	359.676
Total do Ativo		119.730	131.255	862.588	521.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Fornecedores		29.835	33.101	58.388	84.890
Financiamentos e empréstimos	16	20.410	26.218	215.022	129.492
Obrigações sociais	17	72.204	200.795	175.847	382.128
Impostos e contribuições a recolher	18	402.136	231.136	574.249	292.169
Provisão de custos e encargos	20	-	3.161	126.297	115.575
Adiantamentos sobre encomendas	21	34.807	61.347	38.735	148.793
Dividendos propostos		-	-	24	24
Outras contas a pagar	24	78.703	45.512	85.917	55.178
Total do Passivo Circulante		638.095	601.270	1.274.479	1.208.249
Não Circulante					
Financiamentos e empréstimos	16	-	19.793	-	19.793
Obrigações sociais	17	2.577	2.562	2.577	2.562
Impostos e contribuições a recolher	18	66.564	26.321	119.187	26.459
Partes relacionadas	22	407.737	358.443	392.810	403.915
Impostos diferidos	19.1	8.520	8.840	24.147	67.073
Provisões para contingências	23	92.003	50.104	137.677	166.980
Provisão para passivo a descoberto	13	2.645	384.628	9.254	2
Total do Passivo Não Circulante		580.046	850.691	685.652	686.784
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido dos minoritários		-	-	868	(52.449)
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	25a	200.809	200.809	200.809	200.809
Prejuízos acumulados		(1.375.461)	(1.603.071)	(1.375.461)	(1.603.071)
Ajuste de avaliação patrimonial		76.241	81.556	76.241	81.556
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(1.098.411)	(1.320.706)	(1.098.411)	(1.320.706)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		119.730	131.255	862.588	521.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida		6.045	12.912	7.681	13.143
Custos dos produtos e serviços	26	(3.631)	(6.706)	(5.287)	(11.143)
Lucro bruto		2.414	6.206	2.394	2.000
Receitas [Despesas] operacionais		254.367	(254.291)	315.023	(244.104)
Despesas com vendas		(1.118)	(2.322)	(2.512)	(3.796)
Administrativas e gerais		(19.003)	(41.200)	(40.600)	(56.933)
Outras receitas e despesas operacionais		(118.635)	(115.570)	369.347	(182.995)
Resultado da equivalência patrimonial	13	393.123	(95.199)	(11.212)	(380)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		256.781	(248.085)	317.417	(242.104)
Despesas financeiras	27	(26.109)	(39.471)	(65.661)	(60.404)
Receitas financeiras	27	363	1.415	857	4.088
Resultado antes dos tributos s/ o lucro		231.035	(286.141)	252.613	(298.420)
Provisão p/ IRPJ e CSLL - Correntes	19.2	-	-	-	-
Provisão p/ IRPJ e CSLL - Diferidos	19.2	(3.620)	-	28.818	(693)
Participação acionistas minoritários		-	-	(54.016)	12.972
Resultado antes da participação s/ o lucro		227.415	(286.141)	227.415	(286.141)
Lucro/Prejuízo do exercício		227.415	(286.141)	227.415	(286.141)
Quantidade de ações ao final do exercício		<u>200.808.514</u>	<u>200.808.514</u>		
Lucro/Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$		<u>1.132,50</u>	<u>(1.424,94)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Resultados Abrangentes		Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controladores no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total
			Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Em 31 de dezembro de 2018	200.809	(1.317.141)	7.478	11.620	(1.097.234)	(41.908)	(1.139.142)
Prejuízo do Exercício		(286.141)			(286.141)	(12.972)	(299.113)
Ajustes de Instrumentos Financeiros				597	597	-	597
Ganho na conversão de debêntures perpétuas				62.072	62.072	2.350	64.422
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior					-	81	81
Outros Resultados Abrangentes					62.669	2.431	65.100
Resultado Abrangente Total					(223.472)	(10.541)	(234.013)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		211	(211)		-		-
Em 31 de dezembro de 2019	200.809	(1.603.071)	7.267	74.289	(1.320.706)	(52.449)	(1.373.155)
Lucro do Exercício		227.415			227.415	54.016	281.431
Ajustes de Instrumentos Financeiros				4.477	4.477	-	4.477
Ganho na conversão de debêntures perpétuas				(9.597)	(9.597)	(1.309)	(10.906)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior					-	610	610
Outros Resultados Abrangentes					(5.120)	(699)	(5.819)
Resultado Abrangente Total					222.295	53.317	275.612
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		195	(195)		-		-
Em 31 de dezembro de 2020	200.809	(1.375.461)	7.072	69.169	(1.098.411)	868	(1.097.543)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício	<u>227.415</u>	<u>(286.141)</u>
Ajustes de Instrumentos Financeiros	4.477	597
Ganho na conversão de debêntures perpétuas	(10.906)	64.422
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	610	81
Participação dos Minoritários	54.016	(12.972)
Resultado Abrangente do exercício	<u>275.612</u>	<u>(234.013)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	227.415	(286.141)	227.415	(286.141)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	2.286	2.610	14.682	7.662
Perda na alienação de permanente	8.090	4.858	10.592	31.253
Equivalência patrimonial	(393.123)	95.199	11.212	380
Participação de acionistas minoritários	-	-	54.016	(12.972)
Variações monetárias e cambiais	9.683	6.561	44.041	12.697
Provisões (Reversões)	38.738	18.811	(18.581)	76.732
Atribuição do valor justo sobre propriedade para investimento	-	-	7.711	-
Prejuízo do exercício ajustado	(106.911)	(158.102)	351.088	(170.389)
(Aumento) redução no ativo:				
Clientes	7.193	36.601	(374.244)	48.227
Estoques	1.529	1.734	1.529	12.680
Créditos de impostos	4.831	696	15.858	(15.167)
Outros créditos	6.003	(3.654)	6.042	(3.712)
	19.556	35.377	(350.815)	42.028
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(3.266)	9.017	(26.502)	13.971
Salários e encargos sociais	(128.576)	37.228	(206.266)	45.668
Impostos e contribuições a recolher	211.243	12.357	374.808	14.880
Provisões Impostos Diferidos	(320)	(351)	(42.926)	(408)
Adiantamentos sobre encomendas	(26.540)	39	(110.058)	39
Outras contas a pagar	(441)	9.487	(3.592)	14.381
	52.100	67.777	(14.536)	88.531
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(35.255)	(54.948)	(14.263)	(39.830)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisições de novos investimentos	(600)	-	(600)	-
Ganho sobre participações	-	-	(10.208)	(81)
Baixas de investimentos	-	607	-	607
Aquisições imobilizados e Intangíveis	(235)	(8.173)	(235)	(10.619)
Títulos e Valores Mobiliários	600	(585)	600	(585)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(12.423)	(17.742)	25.832	(11.869)
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(12.658)	(25.893)	15.389	(22.547)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(1.652)	(4.975)	(53.744)	(9.461)
Operações de mútuos com empresas ligadas	49.294	83.908	34.523	7.810
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	62.072
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	47.642	78.933	(1.405)	60.421
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	(271)	(1.908)	(279)	(1.956)
Saldo inicial do caixa e equivalentes	375	2.283	407	2.363
Saldo final do caixa e equivalentes	104	375	128	407
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	(271)	(1.908)	(279)	(1.956)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS	(73.024)	(59.864)	518.920	(117.585)
Venda de mercadorias, produtos e serviços	7.617	15.418	9.229	15.680
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.386)	(51.106)	(1.194)	(43.643)
Outras Receitas/Despesas	(79.255)	(24.176)	510.885	(89.622)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(51.694)	(65.839)	(128.959)	(80.700)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(2.359)	(3.221)	(4.016)	(7.658)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(49.335)	(62.618)	(124.943)	(73.042)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(124.718)	(125.703)	389.961	(198.285)
Depreciação e Amortização	(2.286)	(2.610)	(14.681)	(7.662)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(127.004)	(128.313)	375.280	(205.947)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	393.486	(93.784)	(10.355)	3.708
Resultado de Equivalência Patrimonial	393.123	(95.199)	(11.212)	(380)
Receitas Financeiras	363	1.415	857	4.088
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	266.482	(222.097)	364.925	(202.239)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	6.272	19.437	11.047	29.302
Salários e encargos	3.217	6.234	6.401	10.012
Benefícios	1.954	12.662	3.045	18.142
FGTS	1.101	541	1.601	1.148
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	6.368	4.640	6.350	6.544
Federais	5.550	3.669	5.530	5.565
Estaduais	811	971	813	979
Municipais	7	-	7	-
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	26.427	39.967	66.097	61.028
Juros	26.109	39.471	65.661	60.404
Aluguéis	318	496	436	624
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	227.415	(286.141)	281.431	(299.113)
Prejuízo do exercício	227.415	(286.141)	227.415	(286.141)
Participação de acionistas minoritários	-	-	54.016	(12.972)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	266.482	(222.097)	364.925	(202.239)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A IESA – PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. é uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 29.918.943/0008-56, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0019699 6. Está sediada na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Rodovia Manoel de Abreu, s/nº KM 4,5 – Zona Rural, CEP 14.806-500.

A Companhia tem como atividade preponderante oferecer, para os setores de infraestrutura e indústria, estudos e projetos de engenharia, prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração, execução de serviços de construções, montagens e assistência técnica relacionada às áreas de siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo; gás; química e petroquímica; portuário; metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose; linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica e telecomunicações.

Nesse sentido, a Iesa Projetos detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial iniciado em 2014, a Iesa Projetos conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/Iesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

NOTA 1.1 PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29/08/2014, a IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A , ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar/IESA, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da Iesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

-Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria. O preço da venda desta UPI foi de R\$115 milhões.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, as empresas possuem também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais das Empresas.

As Empresas tem demonstrados uma excelente performance na monetização destes ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão.

Exemplo disso foi a recente decisão, em dezembro de 2020, relativa ao processo arbitral instaurado pela controladora Iesa óleo&Gás S/A contra a TUPI e PNBV, subsidiárias da Petrobras, que culminou com o recebimento de US\$ 96 milhões conforme já amplamente noticiado por Fato Relevante e pela imprensa especializada.

Em 25/11/2020 e em revisão peticionada no dia 22/04/2021, as Companhias apresentaram um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exigíveis para encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de capital de giro necessário ao soerguimento da empresa.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 13,0	R\$ 13,0	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 14,0	R\$ 14,0	R\$ 12,5
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 368,7	R\$ 390,0	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito), se somarmos os valores liquidados na Classe III, e com saldo a ser pago dentro do biênio no valor de R\$ 21,3 milhões, este passivo está registrado na Inepar S/A.

As empresas do Grupo Inepar/Iesa continuam empenhadas em recompor as suas carteiras de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

NOTA 1.2 – COVID-19

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SCP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiro da COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os riscos e incertezas que poderiam afetar as informações demonstração financeiras ora apresentadas, sendo abaixo as principais avaliações que seguem:

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

A Companhia adotou, e continua adotando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurado ao valor justo.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS 15

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IESA Óleo & Gás S.A.	88	88
IESA Tecnologia e Transportes S.A.	100	100

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pela NBC TG 36 (R3) e alterações incluídas através da IFRS 10, dos quais destacamos os seguintes:

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores das participações dos minoritários no patrimônio líquido e no resultado; e,
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Classificação e mensuração de ativos financeiros

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Participações nos Lucros e Resultados

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

CPC 47/IFRS 15- Receita de contratos com cliente- A partir de 1/1/2018 entrou em vigor essa norma que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com esse CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

Passo 3: Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos serviços prometidos a um cliente;

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passo 4: Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato;

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho — uma entidade reconhece receitas quando (ou a medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.22 – Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia.

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Considerações gerais -

A IESA e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não- circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado -

O valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados, são iguais aos valores contábeis.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

• Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

• Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

• Risco de liquidez

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Exposição a Juros

As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP e os contratados em moeda estrangeira, são atrelados a taxas de juros pós-fixadas.

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

NOTA 5 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIAS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				balanço patrimonial Circulante		
Caixa e bancos	375	-	375	Fornecedores	33.101	33.101
Aplicações financeiras	-	-	-	Empréstimos e financ. (a)	26.218	26.218
Contas a receber	-	9.369	9.369	Outras contas a pagar	45.512	45.512
Títulos valores mobiliários	-	600	600			
Outros créditos	-	7.172	7.172			
Total circulante	375	17.141	17.516	Total circulante	104.831	104.831
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	-	-	Empréstimos e financ. (a)	19.793	19.793
Outros créditos	13	-	13			
Total não circulante	13	-	13	Total não circulante	19.793	19.793
TOTAL GERAL	388	17.141	17.529	TOTAL GERAL	124.624	124.624

Ativos financeiros em 30 de dezembro de 2020 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 30 de dezembro de 2020 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	104	-	104	Fornecedores	29.835	29.835
Contas a receber	-	2.176	2.176	Empréstimos e financ. (a)	20.410	20.410
Outros créditos	-	1.300	1.300	Outras contas a pagar	78.703	78.703
Títulos e valores mobiliários	-	-	-			
Total circulante	104	3.476	3.580	Total circulante	128.948	128.948
Não circulante				Não circulante		
Outros créditos	-	-	-	Empréstimos e financ. (a)	-	-
Total não circulante	-	-	-	Total não circulante	-	-
TOTAL GERAL	104	3.476	3.580	TOTAL GERAL	128.948	128.948

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total		Custo amortizado	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e bancos	407	-	-	407	Fornecedores	84.890	84.890
Aplicações financeiras	-	-	-	-	Empréstimos e financ. (a)	129.492	129.492
Contas a receber	-	126.891	-	126.891	Títulos a pagar	-	-
Títulos valores mobiliários	-	600	-	600	Outras contas a pagar	55.178	55.178
Outros créditos	-	-	7.499	7.499	Total Circulante	269.560	269.560
Total circulante	407	127.491	7.499	135.397			
Não circulante					Não circulante		
Contas a receber	-	-	-	-	Empréstimos e financ. (a)	19.793	19.793
Outros créditos	-	-	46	46	Total Não circulante	19.793	19.793
Total Não circulante	-	-	46	46			
TOTAL GERAL	407	127.491	7.545	135.443	TOTAL GERAL	289.353	289.353

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total		Custo amortizado	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e bancos	128	-	-	128	Fornecedores	58.388	58.388
Contas a receber	-	501.135	-	501.135	Empréstimos e financ. (a)	215.022	215.022
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	Outras contas a pagar	85.917	85.917
Outros créditos	-	1.586	-	1.586	Total Circulante	359.327	359.327
Total circulante	128	502.721	-	502.849			
Não circulante					Não circulante		
Outros créditos	-	-	33	33	Empréstimos e financ. (a)	-	-
Total não circulante	-	-	33	33	Total não circulante	-	-
TOTAL GERAL	128	502.721	33	502.882	TOTAL GERAL	359.327	359.327

(a) Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos	104	375	128	407
Aplicações financeiras	-	-	-	-
	104	375	128	407

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes incluem as contas de caixa, contas correntes bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras aplicações e títulos	-	600	-	600
Circulante	-	600	-	600

O saldo desta rubrica foi transferido neste exercício para a conta de investimentos do FIDC (Taranis – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados). O valor total do FIC é de R\$ 619.100 milhões, sendo a participação da Iesa Projetos de 54% sobre o total.

NOTA 8 – CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Clientes Interno	46.648	55.187	46.647	172.709
Clientes externo	2.589	3.663	501.549	3.663
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(47.061)	(49.481)	(47.061)	(49.481)
Total Circulante	2.176	9.369	501.135	126.891

No valor de R\$ 501.549 no consolidado em 2020, estão inclusos os valores referentes a arbitragem incorrida contra a Tupi B.V e Petrobrás Netherlands B.V (PNBV) por consta da indenização/ressarcimento de custos incorridos no Projeto de Charqueadas, conforme estabelecidos nos contratos assinados entre a Iesa Óleo & Gás e as respectivas empresas. Conforme mencionado em fato relevante ao mercado em 31/12/2020 atualizado em 04/05/2021.

Em dezembro de 2020 a Corte de Arbitragem deliberou que a controlada Iesa Óleo & Gás, teria direito a um ressarcimento/indenização de valor aproximado de US 107 milhões.

Posteriormente em 2021, a Iesa Óleo & Gás e as empresas acima citada assinaram um acordo em US\$ 96 milhões, finalizando deste modo o processo arbitral.

Os valores contabilizados em Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

A Companhia constituiu suficientemente a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

duvidosa conforme sua política contábil, visando suprir eventuais perdas na realização dos créditos. A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

Saldos em 31/12/2019	(49.481)
(-)Ajuste de provisão	2.420
Saldos em 31/12/2020	(47.061)

NOTA 9 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos em elaboração	1.436	1.001	1.436	1.001
Insumos e materiais	4.395	6.194	4.396	6.194
Adiantamentos a fornecedores	-	165	-	165
	5.831	7.360	5.832	7.360

O saldo de estoques em elaboração refere-se aos custos das obras em andamento que foram apurados pela Companhia e que ainda não foram faturados aos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

Quanto ao saldo dos estoques de insumos e materiais, refere-se aos produtos comprados e que ainda não foram requisitadas para a linha de fabricação.

NOTA 10 – IMPOSTOS A RECUPERAR

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
INSS Retido na Fonte	8	273	8	273
ICMS	1.372	1.819	1.525	2.001
IPI	25	15	25	15
Créditos PIS/COFINS a Compensar	107	79	116	83
IRPJ Diferido S/Diferenças Temporárias	3.602	6.500	15.081	25.432
CSLL Diferido S/Diferenças Temporárias	1.297	2.340	5.397	9.155
Adto Para Futuro Parcelamento (a)	-	24	-	858
IRRF/ CSLL Retido na Fonte	9	91	9	91
Créditos Reintegra (b)	204	205	16.819	16.819
Outros	-	109	17	128
	6.624	11.455	38.997	54.855
Circulante	1.725	2.582	18.519	19.372
Não circulante	4.899	8.873	20.478	35.483

(a) Refere-se aos pagamentos efetuados antecipadamente para a Receita Federal do Brasil e que ainda não foram utilizados para liquidação de diversos débitos a serem parcelados, tendo em vista a não realização das compensações efetuamos as baixas contábeis neste exercício.

(b) Refere-se aos créditos de ressarcimento do programa Reintegra obtidos pelas exportações dos materiais do Projeto de Charqueadas, fornecimentos de equipamentos para a Tupi-BV.

NOTA 11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	3.363	3.364	6.636	6.637
Cíveis	5.431	5.548	46.614	46.729
Total	8.794	8.912	53.250	53.366

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	8.912	9.749	53.366	54.139
Adições	-	298	-	417
Baixas	(118)	(1.135)	(116)	(1.190)
Saldo Final	8.794	8.912	53.250	53.366

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trabalhistas – Referem-se às reclamatórias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios em que a Companhia está discutindo judicialmente.

Cíveis – composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança, indenização e valores bloqueados por instituições financeiras, cujos valores a empresa está em tratativas para a devolução dos mesmos.

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a empregados	347	213	347	573
Adiantamentos a fornecedores	19	-	19	-
Venda de investimentos	112	1.692	112	1.692
Outros	822	5.280	1.141	5.280
Total	1.300	7.185	1.619	7.545
Circulante	1.300	7.172	1.586	7.499
Não circulante	-	13	33	46

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladas e Coligadas (a)	39.691	33.071	50.755	47.028
Propriedade para Investimento (b)	-	-	44.053	51.764
	39.691	33.071	94.808	98.792

(a) Participações em empresas controladas e coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado de Equivalência	investimentos	
					31/12/2020	31/12/2019
<u>Controladas e Coligadas</u>						
IESA Óleo & Gás S.A.	102.996	7.237	450.134	396.118	6.370	-
IESA Tecnologia e Transportes S	56.747	32.721	(349)	(349)	32.721	-
FIDC (c)	620.180	615.281	(4.899)	(2.645)	600	-
				393.123	39.691	-
	Quantidade de ações (em milhares)	Participação em	Participação no capital			
	O. N.	%	votante em %			
<u>Controladas e Coligadas</u>						
IESA Óleo & Gás S.A.		58.077	88	88,00		
IESA Tecnologia e Transportes S.A.		56.747	100	100,00		
FIDC Taranis(cotas)			54			

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Propriedade para investimento

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo preço de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 28/02/2021.

Investimentos consolidado

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2019							
RIG Oil & Gas	27.131	16.897	(699)	12.213	16,66%	2.035	(113)
QUIP S.A.	141.397	125.968	(5.462)	15.429	13,25%	2.044	(725)
QGI INC	106.876	25.863	1.639	81.012	20,00%	16.202	328
QGI BRASIL	172.948	36.000	867	136.948	19,53%	26.747	140
QUEBEC - Constr.Mont.Tre	4	26	(31)	(5)	35,00%	0	(10)
						47.028	(380)
Em 31 de Dezembro de 2020							
RIG Oil & Gas	36.959	21.785	(569)	15.174	16,66%	2.528	(95)
QUIP S.A.	129.571	85.774	(59.225)	43.797	13,25%	-	(7.847)
QGI INC	114.630	8.407	2.713	106.223	20,00%	21.245	543
QGI BRASIL	164.444	29.360	1.859	135.084	19,53%	26.382	(364)
QUEBEC - Constr.Mont.Tre	60	-	(56)	(4)	35,00%	0	(19)
FIDC (c)	-	-	-	-	0,00%	600	(784)
						50.755	(8.566)

c) FIDC Taranis

Corresponde ao Fundo de investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal como definidos pela legislação vigente. As cotas do fundo serão resgatadas em virtude de liquidação do Fundo, em conformidade com o disposto no regulamento.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Locação maq.	Benfeitorias em	Informática	Outras	Total
	Terrenos	Instalações	Equipamentos	Utensílios	e Equipamentos	Prop. de Terceiros	Hardware/Software	Imobilizações	
Taxas anuais de depreciação		2,5% a 10%	10, 15 e 20%	10%	10%	10 e 20%	20%	10 a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2019									
Custo	8.090	7.845	29.266	1.107	1.709	1.179	8.462	-	57.658
Depreciação Acumulada	-	(3.368)	(18.495)	(1.042)	(1.613)	(530)	(6.575)	-	(31.623)
Valor contábil líquido	8.090	4.477	10.771	65	96	649	1.887	-	26.035
Adições	-	-	235	-	-	-	-	-	235
Baixas	(8.090)	-	-	-	-	-	-	-	(8.090)
Depreciação	-	(252)	(1.323)	(27)	-	(73)	(611)	-	(2.286)
Baixas da Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		4.225	9.683	38	96	576	1.276	-	15.894
Em 31 de Dezembro de 2020									
Custo	-	7.845	29.501	1.107	1.709	1.179	8.462	-	49.803
Depreciação Acumulada	-	(3.620)	(19.818)	(1.069)	(1.613)	(603)	(7.186)	-	(33.909)
Valor contábil líquido		4.225	9.683	38	96	576	1.276	-	15.894

Consolidado	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Locação maq.	Benfeitorias em	Informática	Outras	Total
	Terrenos	Instalações	Equipamentos	Utensílios	e Equipamentos	Prop. de Terceiros	Hardware/Software	Imobilizações	
Taxas anuais de depreciação		4%	10, 15 e 20%	10%	20%	10 e 20%	20%	10 a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2019									
Custo	17.748	23.165	47.099	3.942	1.709	2.294	13.771	79.770	189.498
Depreciação Acumulada	-	(5.214)	(27.918)	(3.218)	(1.613)	(718)	(10.888)	(857)	(50.425)
Valor contábil líquido	17.748	17.951	19.181	724	96	1.576	2.883	78.913	139.072
Adições	-	-	235	-	-	-	-	-	235
Baixas	(10.536)	-	(207)	(25)	-	-	-	-	(10.767)
Depreciação	-	(308)	(2.423)	(212)	-	(117)	(991)	-	(4.051)
Baixas da Depreciação	-	-	158	18	-	-	-	-	176
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	7.212	17.643	16.944	505	96	1.459	1.892	78.913	124.665
Em 31 de Dezembro de 2020									
Custo	7.212	23.165	47.127	3.917	1.709	2.294	13.771	79.770	178.966
Depreciação Acumulada	-	(5.522)	(30.183)	(3.412)	(1.613)	(835)	(11.879)	(857)	(54.300)
Valor contábil líquido	7.212	17.643	16.944	505	96	1.459	1.892	78.913	124.666

A Companhia procedeu à avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09, que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos da Companhia foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

Consolidado	- Software	Software arrendado	Implantação de Novos Processos	Implantação de ERP em Andamento	- Total
Em 31 de Dezembro de 2019					
Custo	9.174	15.908	937	8.994	35.012
Amort. Acumulada	(7.966)	(11.074)	(928)	-	(19.967)
Valor líquido contábil	1.208	4.834	9	8.994	15.045
Amortização	(9.053)	(1.566)	(14)	-	(10.633)
Saldo Final	(7.845)	3.268	(5)	8.994	4.412
Em 31 de Dezembro de 2020					
Custo	9.174	15.908	937	8.994	35.012
Amort. Acumulada	(17.019)	(12.640)	(942)	-	(30.600)
Valor líquido contábil	(7.845)	3.268	(5)	8.994	4.412

NOTA 16 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Modalidades				
Arrendamentos Financeiros(a)	-	-	50.246	29.222
Capital de Giro	20.410	26.218	164.776	100.270
Total Circulante	20.410	26.218	215.022	129.492
Não Circulante	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Modalidades	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Capital de Giro	-	19.793	-	19.793
Total não Circulante	-	19.793	-	19.793
Total de empréstimos e Financiamentos	20.410	46.011	215.022	149.285
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Por data de vencimento	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos em negociação	20.410	27.171	203.761	130.445
Em até 12 meses	-	2.381	11.261	2.381
De 01 a 02 anos	-	2.381	-	2.381
De 02 a 03 anos	-	2.381	-	2.381
De 03 a 04 anos	-	2.381	-	2.381
De 04 a 05 anos	-	2.381	-	2.381
Acima de 05 anos	-	6.935	-	6.935
Total de empréstimos e Financiamentos	20.410	46.011	215.022	149.285

- a) Refere-se a um contrato de arrendamento mercantil financeiro de máquinas/equipamentos pactuado pela controlada IESA Óleo e Gás, sendo os bens adquiridos ao final do contrato, tendo como contrapartida no registro inicial, a rubrica de ativo imobilizado. A Iesa Óleo&Gás está em renegociação com o credor visando a regularização do passivo.

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	31.808	17.880	65.612	49.089
INSS a recolher	5.846	111.823	7.810	189.874
FGTS a recolher	27.759	20.284	80.684	70.461
IRRF a recolher	7.818	32.275	8.661	39.737
Provisão de férias e encargos	776	5.245	1.679	6.122
Outros	774	15.850	13.978	29.407
Total	74.781	203.357	178.424	384.690
Circulante	72.204	200.795	175.847	382.128
Não circulante	2.577	2.562	2.577	2.562

NOTA 18 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
INSS parcelamento	86	40.708	95	53.329
ISS a recolher	5.543	5.194	10.767	10.091
ISS parcelamento	2.100	2.023	5.661	5.429
Pis/Cofins a recolher	61.737	36.938	61.742	39.572
Pis/Cofins diferidos	11.123	11.123	11.414	11.415
PIS/COFINS Parcelamento	-	-	16	180
ICMS a recolher	9.831	-	11.773	26.751
Impostos e contribuições a recolher-diversos	1.707	2.387	1.733	3.891
Parcelamentos especial Lei 11941/09(a)		45.468		45.468
Parcelamentos especial Lei 12996/14(b)		75.408		105.024
Outros	376.573	38.208	538.712	17.478
Total	468.700	257.457	641.913	318.628
Circulante	402.136	231.136	522.726	292.169
Não circulante	66.564	26.321	119.187	26.459

a) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/14, estes parcelamentos foram rompidos e transferidos para os demais programas de parcelamentos fiscais.

b) O Grupo Inepar/Iesa, efetuou parcelamentos através da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 e Portaria PGFN nº 14,402, de 18 de junho de 2020.

Por terem sido emitidas novas normas de parcelamentos muito mais vantajosas para as empresas em recuperação judicial através das Portarias PGFN 2.382/2021 e 9917/2020, o Grupo Inepar/Iesa solicitou a PGFN o rompimento destes parcelamentos e o seu enquadramento nas novas normas.

Diante da desistência do parcelamento já homologado através da Lei nº 13.988 a empresa efetuou os ajustes nos saldos dos valores a pagar conforme extrato emitido pela Receita/PGFN, gerando aumento dos saldos na ordem de R\$ 654 milhões.

Com a homologação das negociações em curso com a Receita/PGFN temos a sinalização da redução de até 70% dos saldos a pagar, com redução dos valores das multas, juros e encargos, e prazo maiores para pagamento.

Estamos ainda, efetuando junto a PGFN/Receita uma conciliação dos valores que constam nos extratos da Receita/PGFN, podendo os descontos serem superiores a R\$ 1.437 milhões.

c) Os valores constantes do parcelamento efetuados pela Lei nº 12.996/14, foram rompidos perante a Receita/PGFN. Estes valores serão transferidos para os novos parcelamentos em vigor.

NOTA 19 – IMPOSTOS DIFERIDOS

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.1 Tributos Diferidos

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora							
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos				
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/ Lucro Estatais	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Outros Impostos Diferidos	Total
Em 31 de dezembro de 2019	2.964	5.876	8.840	-	3.720	5.120	-	8.840
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(2.964)	(977)	(3.941)	-	(100)	(220)	-	(320)
Em 31 de Dezembro de 2020	-	4.899	4.899	-	3.620	4.900	-	8.520

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado									
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos						
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Prej. Fiscais e Base Negativa Lei 11.941/09	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Outros Impostos Diferidos	Total
Em 31 de dezembro de 2019	2.964	-	31.622	34.586	-	39.966	3.721	12.216	11.171	67.073
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(2.964)	-	(11.144)	(14.108)	-	(39.966)	(100)	(220)	(2.641)	(42.926)
Em 31 de Dezembro de 2020	-	-	20.478	20.478	-	-	3.571	11.882	8.521	24.147

O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização ou na compensação das diferenças temporárias ou até o montante dos tributos diferidos passivos provisionados.

19.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Lucro/Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lu</u>	231.035	(286.141)	252.613	(298.420)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
<u>Ajustes Apuração Alíquota Efetiva</u>				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(133.662)	18.664	(130.750)	18.793
Adições e Exclusões Permanentes	130.042	(18.664)	159.568	(19.486)
Outros Ajustes	-	-	-	-
IRPJ / CSLL no Resultado	-	-	28.818	(693)
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	(3.620)	-	28.818	(693)
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	-11,41%	-0,23%

NOTA 20 – PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS s/ receitas		2.500		2.500
ISS s/receitas		661		686
Custos a incorrer	-	-	126.297	112.389
	-	3.161	126.297	115.575

O valor de R\$ 126.297 no consolidado são custos a incorridos da arbitragem do projeto de Charqueadas, da controlada IESA Óleo & Gás S.A.

NOTA 21 - ADIANTAMENTOS SOBRE ENCOMENDAS

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de venda de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados. Estes valores referem-se, principalmente, ao Projeto de Charqueadas, cujos valores serão reconhecidos após o término da arbitragem que está em fase final de encerramento, onde a Iesa Óleo & Gás S/A está solicitando uma indenização pelo cancelamento unilateral do contrato por parte da Tupy BV.

NOTA 22 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2020:

	Ativo não circulante		Ativo não circulante	
	Partes relacionadas		Partes relacionadas	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	26.294	17.502	37.661	17.502
Inepar Administração e Participação S.A (i)	-	370	-	370
IESA Óleo & Gás S.A. (iii)	13.022	9.021	7	-
QUIP	-	-	-	-
	39.316	26.893	37.668	17.872
	Passivo não Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	320.511	297.657	324.598	336.606
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (ii)	10.759	8.941	10.759	8.941
IESA Óleo & Gás S.A. (ii)	24.786	-	-	-
Cia Brasileira de Diques S/A.	-	-	12.572	13.486
QUIP	-	-	-	1
QGI - Brasil S/A	-	-	28.349	28.349
Penta Participações e Investimentos Ltda. (iv)	16.532	16.532	16.532	16.532
IESA Transportes S.A. (iii)	35.149	35.313	-	-
	407.737	358.443	392.810	403.915

(i) *sociedade controladora*

(ii) *sociedade ligada*

(iii) *sociedade controlada*

(iv) *sociedade coligada*

Contas Correntes – abaixo a movimentação das contas correntes com a empresa controladora e com as empresas ligadas.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Saldo em 31/12/2019	Adições/ Baixas	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Adições/ Baixas	Saldo em 31/12/2020
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	17.502	8.792	26.294	17.502	20.159	37.661
Inepar Administração e Participações S.A. (ii)	370	(370)	-	370	(370)	-
IESA Óleo & Gás S.A. (iii)	9.021	4.001	13.022	-	-	-
QUIP	-	-	-	-	7	7
	26.893	12.423	39.316	17.872	19.796	37.668
PASSIVO						
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	297.657	22.854	320.511	336.607	(12.008)	324.598
Cia Brasileira de Diques S/A.	-	-	-	13.486	(913)	12.573
QGI - Brasil S/A	-	-	-	28.349	-	28.349
Inepar Equipamentos e Montagens (ii)	8.941	1.818	10.759	8.941	1.817	10.758
IESA Óleo & Gás S.A. (iii)	-	24.786	24.786	-	-	-
Penta Participações e Investimentos Ltda. (iv)	16.532	-	16.532	16.532	-	16.532
IESA Transportes S.A. (iii)	35.313	(164)	35.149	-	-	-
	358.443	49.294	407.737	403.915	(11.104)	392.810

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

NOTA 23 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. Para estes processos a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão. Tais provisões são efetuadas de acordo com o grau de risco de perda conforme tabela abaixo:

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo Inicial	50.104	31.267
Adições	56.822	26.912
(-) Baixas	(14.923)	(8.075)
Saldo Final	92.003	50.104

	CONTROLADORA			
	<u>Possível</u>		<u>Provável</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cíveis (a)	93.077	48.750	15.891	9.662
Trabalhistas (b)	48.695	15.067	17.184	12.243
Tributárias (c)	10.983	41.867	58.928	28.199
	152.755	105.684	92.003	50.104

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 71.789 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercícios também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN. Os parcelamentos efetuados com base na Lei nº 13.988, foram rompido por solicitação do Grupo Inepar/Iesa e serão efetuados novos parcelamentos em condições muito mais vantajosa para as empresas em recuperação judicial. Estas negociações junto a Receita/PGFN estão em fase final de efetivação.

Tendo em vista o rompimento dos parcelamentos efetuados em dezembro de 2020, os descontos obtidos foram estornados e constituída uma provisão até que os novos parcelamentos sejam homologados.

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Contrato com a Tupi BV / Petrobras

O contrato assinado entre a Iesa Óleo & Gás e a Tupi B.V (“TUPI”) em 26/07/12, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em clausula contratual, foi instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Corte Arbitral julgou a Iesa Óleo&Gás S/A vencedora do processo em US\$ 107 milhões, sendo que posteriormente este valor foi reduzido para US\$ 96 milhões, conforme acordo firmado junto a Petrobras.

NOTA 24 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Delft Administração e Participações S.A.	3.378	3.742	3.378	3.742
Fundação Toque - FUNBESCO	-	350	-	350
Gastos com despesas aduaneiras a realizar	2.381	2.381	2.381	2.381
Outras contas a pagar	72.944	39.039	80.158	48.705
Circulante	78.703	45.512	85.917	55.178

No valor de R\$ 80.158 no consolidado estão incluídas as provisões dos passivos considerados no plano de recuperação judicial, cujos valores ainda não foram os respectivos documentos fiscais pertinentes.

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 200.809, representado por 200.808.514 (duzentos milhões, oitocentos e oito mil e quinhentos e quatorze) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, sem valor nominal.

b) Destinação Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vendas/Prestação de serviços mercado interno	6.045	12.912	7.681	13.143
(-) Impostos sobre as vendas	(3.631)	(6.706)	(5.287)	(11.143)
	2.414	6.206	2.394	2.000

Após o pedido de recuperação judicial, a empresa vem operando em um nível abaixo de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e ainda por estar sob este regime sofre uma série de restrições dos clientes. No caso da Iesa Óleo & Gás, tivemos os encerramentos de diversos

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratos e, principalmente, o cancelamento do projeto de construção dos módulos de compressão para plataforma, que estavam em fabricação no município de Charqueadas, cujo valor do contrato era superior a R\$ 2 bilhões.

NOTA 27 – FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Financeiras				
Financeiras (a)	(7.229)	(16.453)	(46.712)	(18.918)
Juros s/ impostos e contrib.	(8.189)	(21.463)	(8.237)	(34.689)
Outras despesas financeiras	(321)	(15)	(321)	(73)
Variações cambiais	(10.370)	(1.540)	(10.391)	(6.724)
Total de Despesas	(26.109)	(39.471)	(65.661)	(60.404)
Receitas Financeiras				
Financeiras	118	10	612	10
Outras receitas financeiras	133	367	133	523
Variações cambiais	112	1.038	112	3.555
Total de Receitas	363	1.415	857	4.088
	(25.746)	(38.056)	(64.804)	(56.316)

a) Os valores de despesas financeiras são decorrentes, principalmente, das atualizações dos empréstimos e financiamentos.

NOTA 28 – COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado junto a Seguradora “ACE Seguradora S.A.”.

A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara – SP. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes.

A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Principais coberturas/limites máximos de indenização validos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	174.000	De 05/06/20 a 05/06/21

Garantia básica R\$ 136.150.000,00

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores em risco R\$ 213.723.000,00

NOTA 29 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários	20.061	28.415	24.284	32.653
Gastos Previdenciários	1.832	4.020	3.154	5.202
Total	21.893	32.435	27.438	37.855

NOTA 30 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas foram realizadas até este exercício os seguintes valores a título de remuneração dos administradores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração de Conselheiros	37	57	37	57
Remuneração de Diretores	2.871	3.892	5.213	6.371
Total	2.908	3.949	5.250	6.428

NOTA 31 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO (Consolidado)

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Consolidado em 31/12/2020		
	Geração / Equipamentos	Gás/Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	7.922	1.636	9.558
Impostos/Deduções	(1.572)	-	(1.572)
Custos dos Produtos e Serviços	(3.936)	(1.656)	(5.592)
Total	2.414	(20)	2.394

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 32 – RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	227.415	(286.141)
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações ordinárias emitidas	<u>200.809</u>	<u>200.809</u>
Total	<u>200.809</u>	<u>200.809</u>
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação ordinária	1,132	(1,425)

Nota 33 - Tratativas que poderão gerar eventos subsequentes

A Administração do Grupo Inepar/Iesa está em fase busca de parceiros renegociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes. As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
 - b) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel localizado no município de Charqueadas;
 - c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Macaé.
 - d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 900 milhões, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor de R\$ 619 milhões.
 - e) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.
 - f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes.
 - g) busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos.
 - h) Finalização do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais com a análise detalhada de todos os valores que estão em cobrança na atualidade.
- h) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos.
- k) Finalização do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais com a análise detalhada de todos os valores que estão em cobrança na atualidade.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercício de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DIRETORIA EXECUTIVA:

Irajá Galliano Andrade – Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho – Presidente

Valdir Lima Carreiro

César Romeu Fiedler

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos: Acionistas, Conselheiros e Administradores da

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A – Em Recuperação Judicial

Araraquara - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A – Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalva

1. Limitações de escopo de auditoria -

1.1 Limitação de confirmações externas de endividamento bancário

Conforme descrito em nota explicativa nº 16, os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações, sendo as confirmações externas não conciliadas com a contabilidade, estes efeitos serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial. As Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras.

1.2 Não auditoria nos consórcios e dos custos de serviços prestados e despesas incorridos e reconhecidos na controlada IESA Óleo e Gás – Em Recuperação Judicial

Não foram auditados os custos e despesas dos consórcios reconhecidos por reflexos de participação, UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás, Consórcio Caraguatatuba-

UTGCA, cujo montante reconhecido foi de R\$ 1.656 mil, dos quais nos impedem de opinar sua adequação e possíveis reflexos em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2020, da controladora e de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pelo grupo de empresas foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Conforme as demonstrações financeiras apresentadas, há prejuízos acumulados de R\$ 1.375.461 mil em suas operações, tendo apurado lucro de R\$ 227.415 mil em 2020 (prejuízo de R\$ 286.141 mil em 2019) na controladora. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia esteja em andamento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas demonstrações financeiras, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia está conseguindo realizar parte de seus ativos e com esses recursos estão liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial, há também uma previsão de parcelamento, e por consequência, a redução significativa dos débitos tributários, no que tange a multas e juros incorridos, e esses fatores somados, à medida que forem efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ênfase

Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa 22, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras comparativas do exercício examinadas por outro auditor independente

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação foram submetidas a procedimentos de auditoria por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com abstenção de opinião datado de 26 de junho de 2020, e continham as seguintes abstenções: (i) Não apresentações dos papéis de trabalho da auditoria realizada em empresas coligadas; (ii) Falta de teste de realização dos ativos imobilizados e intangíveis das controladas IESA Óleo e Gás S.A – Em Recuperação Judicial e IESA Tecnologia e Transportes S.A.; e (iii) Limitação das transações contábeis ativa e passiva, relativo ao contrato de fornecimento pela empresa controlada IESA Óleo e Gás S.A. para o seu cliente Tupi BV/Petrobras; (iv) Plano de Recuperação Judicial (PRJ). Essas abstenções foram regularizadas no exercício de 2020. Ainda, o relatório do auditor anterior apresentou e foram mantidas em nosso relatório de auditoria, as seguintes ressalvas: (i) Limitação sobre as confirmações externas do endividamento bancário; e (ii) Falta de auditoria nos consórcios mantidos na controlada IESA Óleo e Gás S.A. Por fim, as ênfases apresentadas pelo auditor anterior, (i) Contabilização da redução de multas e juros relativo aos débitos tributários, foi regularizada no exercício de 2020 pela Companhia, já a ênfase (ii) transações com partes relacionadas, foi mantida em nosso relatório de auditoria do exercício de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido

na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já

que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 08 de julho de 2021.